

Evidenciação contábil do risco de mercado por instituições financeiras no Brasil

*André Moura Cintra Goulart
& L. Nelson Carvalho**

INTRODUÇÃO

As atividades das instituições financeiras – IF implicam a assunção de diversos tipos de riscos, como de crédito, de mercado, de liquidez e operacional. Estes riscos têm o potencial de gerar perdas financeiras, podendo acarretar desequilíbrios patrimoniais que, em casos extremos, conduzem ao colapso da instituição.

Em um sistema financeiro que tem presenciado constantes inovações e freqüentes turbulências – incluindo

crises de amplitude global –, são crescentes os desafios enfrentados na gestão de riscos que se apresentam cada vez mais complexos. Neste ambiente, constata-se a necessidade de que a IF possua um sistema de gestão de riscos que seja compatível com a natureza e a complexidade de suas operações.

O reconhecimento da importância do desenvolvimento de sistemas satisfatórios de controle de riscos tem sido motivado por diversos fatos, como a quebra de bancos¹ em decorrência de

* André Moura Cintra Goulart é mestre e doutorando em Contabilidade e Controladoria pela FEA/USP. L. Nelson Carvalho é professor doutor do Departamento de Contabilidade e Atuária da FEA/USP.

1 Apesar de os bancos constituírem apenas uma das modalidades existentes de instituições financeiras, utiliza-se, neste trabalho, os termos bancos e instituições financeiras indistintamente.

deficiências na gestão de riscos, e a própria exigência de capital em função dos riscos assumidos pelas instituições. Ao tomar-se consciência de que a não-identificação – nem mensuração ou monitoramento adequados – de exposições assumidas pode levar a situações de desequilíbrio patrimonial, podendo ocasionar “quebras” de instituições, e que em função dos riscos define-se o montante de capital a ser detido, naturalmente confere-se maior relevância à gestão de riscos.

O mercado financeiro mundial, atualmente, é caracterizado por realidades como a globalização, o fluxo internacional de capitais, as crises econômicas mundiais, a interdependência entre os mercados locais, as drásticas oscilações observadas em taxas das economias nacionais e mundial e as constantes inovações em produtos e operações. Essa dinâmica faz com que assuma destaque, na gestão bancária, o risco de mercado, que pode ser entendido como o risco de perdas em função da oscilação de indicadores

econômicos, como taxas de juros e de câmbio e preços de ações.

Ressalte-se que fatores relacionados ao risco de mercado têm produzido abalos em diversos mercados financeiros locais, sendo também responsáveis pela quebra de renomadas instituições, como o Barings, em 1995, então com 233 anos de existência. Nesse contexto de crescimento da importância dos assuntos relacionados à gestão do risco de mercado, órgãos internacionais têm publicado documentos que tratam do tema, abordando as características que devem possuir os sistemas de gestão de risco das IF e as informações que estas devem disponibilizar ao público sobre assuntos pertinentes ao risco de mercado.

No que se refere às atividades bancárias, assumem destaque as recomendações elaboradas pelo Comitê de Supervisão Bancária da Basiléia, entidade do Bank for International Settlements – BIS, que reúne representantes de autoridades de supervisão bancária de diversas nações.



PROBLEMAS E OBJETIVOS

Uma das recomendações que têm sido dadas às IF por parte de organismos internacionais,

como o BIS, envolve a evidenciação² dos aspectos relativos ao risco de mercado. Recomendam-se às instituições que

2 Em referência à evidenciação contábil, são utilizados, neste trabalho, diferentes termos, como evidenciação, *disclosure* e divulgação.

transmitam ao público informações que permitam a compreensão dos riscos inerentes às atividades bancárias.

Nesse contexto, propõe-se a seguinte questão: as IF com atuação no Brasil têm apresentado aderência às recomendações do BIS e às práticas de instituições internacionais relativamente à evidenciação na área de risco de mercado?

Assim, questionam-se as informações prestadas por instituições com atuação no Brasil, se satisfazem ou não às recomendações do Comitê da Basileia nos assuntos pertinentes ao risco de mercado.

O BIS tem publicado diversos documentos que tratam da disponibilização pública de informações, por parte de IF, relativamente aos riscos incorridos. Na visão do BIS, conforme expresso no documento "A new capital adequa-

cy framework",³ padrões elevados de evidenciação fomentam a disciplina de mercado, na medida em que oferecem aos participantes do mercado condições de exercerem uma espécie de fiscalização sobre as instituições atuantes no sistema financeiro.

O objetivo da pesquisa é verificar e analisar o grau de evidenciação, por parte das instituições financeiras com atuação no Brasil, quanto às questões relativas ao risco de mercado, tendo-se como base para a avaliação as recomendações de *disclosure* emanadas do BIS e os levantamentos do Comitê da Basileia sobre as práticas de divulgação de instituições internacionais. Assim, propõe-se avaliar se os bancos com atuação no Brasil têm apresentado aderência aos padrões⁴ internacionais de evidenciação na área de risco de mercado.



HIPÓTESE ORIENTADORA

A hipótese que orienta a investigação é a de que o grau de evidenciação de questões rela-

cionadas ao risco de mercado, entre as instituições financeiras com atuação no Brasil, é incipiente, não aten-

3 Bank for International Settlement, "A new capital adequacy framework", *Basel Committee on Banking Supervision*, jun 1999. Disponível em <<http://www.bis.org>>, acesso em 07.05.2002.

4 O termo "padrões" não é utilizado com o significado de um modelo ao qual as IF devem compulsoriamente submeter-se, mas como o conjunto de recomendações do BIS e das práticas de bancos internacionais, o que pode ser assumido como *benchmark* em termos de evidenciação.

dendo aos requisitos recomendados pelo BIS.

Essa hipótese encontra fundamentos teóricos em estudos que afirmam que um elevado nível de evidenciação é uma das características de mercados de capitais desenvolvidos, nos quais boas práticas de governança corporativa são empregadas. Constata-se que o tipo e a qualidade da governança praticada por uma empresa são influenciados e/ou determinados por um conjunto de fatores que envolvem aspectos culturais, legais e institucionais específicos à nação na qual a empresa atua.

Assim, existem fatores que influenciam o tipo e a qualidade da governança corporativa e existem variáveis que caracterizam a governança – sendo que uma das principais variáveis é o grau de evidenciação junto ao público. Desta maneira, é estabelecida uma relação de causa e efeito: os fatores que influenciam a governança podem ser entendidos como fatores “causa”, enquanto as variáveis que a caracterizam podem ser entendidas como “efeito”. A conclusão lógica é que, ao estabelecer uma hipótese sobre o grau de evidenciação de uma entidade, convém analisar os fatores que influenciam e determinam sua governança, os quais constituem o seu ambiente cultural, legal e institucional.

Espera-se que níveis elevados de evidenciação estejam associados a mercados de capitais desenvolvidos, nos quais estão presentes boas práticas de governança corporativa. Há que se ressaltar a existência de um complexo conjunto de fatores – legais, culturais e institucionais – que favorecem o desenvolvimento do mercado de capitais. Conclui-se, assim, que a existência ou não desses fatores, em uma nação, acaba por influenciar o grau de evidenciação das empresas.

Observa-se que o Brasil ainda apresenta um distanciamento significativo do ideal de um “mercado de capitais desenvolvido”, caracterizado por elementos como adequadas práticas de governança, garantia aos minoritários e evidenciação satisfatória. O aprimoramento requer conjunto vasto de reformas e um processo de fortalecimento institucional, que envolverá, entre outros aspectos, mudanças de legislação para o fomento do mercado de capitais e reforma do sistema judiciário.

No Brasil, configura-se a inexistência de um complexo conjunto de condições legais, institucionais e culturais relevantes para o desenvolvimento do mercado de capitais. Caracteriza-se, assim, ambiente doméstico em que os sistemas de governança tendem a ser deficientes, com limitações na divulgação de informações ao público.



JUSTIFICATIVA

Pesquisas com enfoque na avaliação do *disclosure* de riscos, inerentes às atividades desenvolvidas pelas IF, alinham-se com os objetivos dos supervisores bancários – que buscam a solidez e a estabilidade dos sistemas financeiros –, colaboram com o aprimoramento das atividades das IF e fomentam o amadurecimento do mercado de capitais, favorecendo, em última instância, o desenvolvimento econômico nacional.

Vale ressaltar, ainda, que o objetivo das demonstrações contábeis consiste na provisão de informação útil para a tomada de decisões. Desta maneira, constata-se que investigações relativas à divulgação praticada pelas empresas relacionam-se diretamente com os objetivos da Contabilidade.

Conforme detalhado no documento “A new capital adequacy Framework”,⁵ o sistema de adequação de capital proposto pelo Comitê da Basileia – caracterizado pela recomendação de que as instituições detenham capital em função dos riscos assumidos – fundamenta-se em três pilares. Estes são complementares e, atuando conjuntamente, constituem elementos essenciais de um sistema de exigibilidade de capital que tem como objetivo assegurar a estabi-

lidade do sistema financeiro. Cada um é entendido como instrumento necessário para a adequada supervisão do sistema. Segue a descrição básica dos três pilares:

- *Pilar 1* – requerimentos mínimos de capital: consistem nas regras que determinam os níveis de capital exigidos em função dos riscos assumidos.
- *Pilar 2* – revisão da supervisão bancária: requer que o órgão de supervisão realize avaliação do sistema de alocação de capital dos bancos, no propósito de assegurar que a posição de capital seja consistente com o perfil e as estratégias de risco; e,
- *Pilar 3* – disciplina de mercado: constitui-se de requisitos de *disclosure*, os quais colaboram para uma efetiva disciplina de mercado.

O Pilar 3 – disciplina de mercado – tem o propósito de fomentar elevados padrões de evidenciação, colaborando para o fortalecimento do papel dos participantes de mercado no estímulo a que os bancos detenham adequados níveis de capital. À medida que o sistema financeiro torna-se mais transparente, o mercado acaba exercendo uma “pressão”, ou uma espécie de fiscalização, no sentido de que cada IF

5 Bank for International Settlement, “A new capital adequacy framework”, op. cit.

detenha níveis de capital consoantes com seu perfil de risco. Desta maneira, padrões elevados de divulgação colaboram para que os bancos mantenham fortes estruturas de capital, capazes de garantir a solidez quando da ocorrência de perdas.

O BIS⁶ discute a importância do *Pilar 3* e afirma que um banco que é visto, pelo mercado, como seguro e bem gerenciado, provavelmente obterá, nas transações com investidores, credores, depositantes e outras contrapartes, condições mais favoráveis relativamente aos bancos percebidos como de maior risco.

Entende-se que a evidenciação contábil sobre os riscos inerentes às atividades bancárias pode ter efeitos benéficos para o mercado, aumentando sua disciplina e eficiência e colaborando para o seu desenvolvimento, o que é elemento de fundamental importância para o crescimento econômico de um país.

A importância é ratificada a partir do entendimento de que riscos podem conduzir a desequilíbrios que, em última instância, podem acarretar “quebra” de instituições. E se os efeitos dos riscos incorridos podem ser tão desastrosos, importa transmitir informações

que permitam a compreensão destes riscos. Importa ressaltar que os riscos são um dos determinantes dos retornos esperados das empresas, devendo ser considerados nas avaliações das prováveis rentabilidades a serem auferidas. Disto depreende-se que a evidenciação não se presta apenas à previsão de possíveis colapsos, mas colabora também com a formação de opiniões sobre o futuro das instituições. Entende-se, assim, que a gestão de riscos é um fator chave na avaliação da condição e do desempenho futuro de um banco.

Há, portanto, argumentos que apontam para a relevância de que as IF forneçam informações sobre os riscos incorridos, pois apresentam utilidade nas projeções sobre as situações patrimoniais, além de permitirem ao usuário tomar decisões quanto à aceitação ou não dos riscos intrínsecos a cada alternativa de investimento.

Se os riscos e a sua adequada gestão são tão relevantes para os bancos, importa que não somente os seus administradores, mas também os usuários externos disponham de informações sobre as exposições assumidas. Nesse contexto, com base no “pressuposto de que não se avalia o que não se conhece”,⁷ pode-se atestar a impor-

6 Bank for International Settlement, “A new capital adequacy framework”, op. cit., p. 19.

7 Luiz Nelson Guedes de Carvalho, “Uma contribuição à auditoria do risco de derivativos”, São Paulo, Universidade de São Paulo, 1996, p. 84, tese de doutorado em Controladoria e Contabilidade, mimeo.

tância da evidenciação dos riscos incorridos pelos bancos, tendo em vista

a realização de avaliações adequadamente informadas.

METODOLOGIA

Para a consecução dos objetivos do trabalho, foi desenvolvida pesquisa empírica, com análise de relatórios anuais de bancos com atuação no Brasil, tendo-se como objetivo avaliar o grau de evidenciação, na área de risco de mercado, por parte das instituições financeiras no mercado doméstico. Participaram do levantamento os quatro maiores bancos com atuação no mercado brasileiro, a saber: Banco do Brasil, Bradesco, Itaú e Unibanco. Relativamente ao total de ativos do Sistema Financeiro Nacional – SFN, em setembro de 2002, da ordem de R\$ 1.292 bilhão, os quatro

bancos referidos respondiam por 39,3%; excluindo-se os ativos do Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social – BNDES e da Caixa Econômica Federal, passam a responder por 49,7% do total de ativos no mercado financeiro brasileiro.

O BNDES e a Caixa não participaram do levantamento em função de suas características particulares. Adicionalmente, no propósito de consideração de informações prestadas por instituição de origem estrangeira, foram analisados os relatórios anuais de 2001 e de 2002 do Banco Santander Banespa.

INFORMAÇÕES-OBJETO DE EVIDENCIAÇÃO

Em termos de informações que podem ser objeto de evidenciação, na área de risco de mercado, podem ser citados os seguintes exemplos: postura na assunção de riscos; modelo de gestão adotado (controles, limites, comitês); políticas de utilização e de contabilização de derivativos; medidas quantitativas de risco; premissas assumidas no cálculo de VAR

(horizonte de tempo, nível de confiança) e metodologias (empírica, paramétrica, simulações histórica e de Monte Carlo, testes de *stress*, *backtesting*).

Nota-se que há informações de natureza qualitativa, ou não financeira, diferentemente daquelas que constam em demonstrações tradicionais como balanço e DRE. Pode-se suscitar questionamentos sobre a adequação de

que o sistema de informação contábil esteja fornecendo informações de caráter não monetário. Quanto a isso, entende-se como desejável a ampliação do conjunto de informações providas pelas empresas, incluindo as de natureza qualitativa e não financeira, tendo em vista o atendimento das necessidades dos usuários.

Nesse contexto, à medida que os mercados evoluem, entende-se como natural a ampliação e a modernização dos sistemas de divulgação de informações empresariais. O VAR, por exemplo, não é um dado que consta do balanço ou DRE, mesmo porque repre-

senta uma perda potencial. No entanto, assume relevância na medida em que representa perdas que podem vir a ocorrer ou que poderiam ter ocorrido. No caso de efetivação das perdas, aí sim, representa valores que terão reais impactos na situação patrimonial das empresas. E tais impactos podem ser materiais. Assim, se informações sobre VAR ou sobre o risco de mercado são relevantes no processo decisório do usuário, então justifica-se sua provisão, independente de se tratar de dados financeiros ou não-financeiros, quantitativos ou qualitativos, constantes do balanço ou não.



LEVANTAMENTOS REALIZADOS PELO BIS

Antes de discutir os resultados da pesquisa realizada com os quatro maiores bancos brasileiros, de 1997 a 2002, cabe considerar que o BIS vem realizando levantamentos sobre a evidenciação bancária na área de riscos, no mercado internacional, desde 1993, o que demonstra o esforço da entidade no sentido de encorajar as instituições a prestarem informações suficientes para que os participantes do mercado compreendam os riscos inerentes às atividades das IF. Tais levantamentos – que têm como objeto de exame os relatórios anuais publicados por IF com atuação internacional –, mostram um pro-

cesso de evolução da evidenciação bancária nas questões pertinentes ao risco de mercado. Nos itens relacionados ao VAR, por exemplo, observa-se que os bancos, em 1993, não prestavam informações, ou as forneciam de maneira incipiente. Com o decorrer dos anos, esta situação foi alterada, identificando-se uma tendência à maior divulgação de dados sobre VAR, incluindo-se questões relativas aos parâmetros do modelo (intervalo de confiança e *holding period*, que atingiram, em 1997, taxas de evidenciação de, respectivamente, 81% e 76%).

Quanto aos levantamentos de 1993 a 1997, pode-se destacar que a quan-

tidade, o detalhe e a clareza da evidenciação foram substancialmente aprimorados. Após estes levantamentos, foram realizados mais quatro *surveys* pelo BIS em 1998, 1999, 2000 e 2001, os quais oferecem indicadores da qualidade e do processo de aprimoramen-

to da evidenciação dos bancos com atuação internacional. A partir desse *benchmark* que se estabelece, com base nas recomendações de evidenciação e levantamentos do BIS, questiona-se o grau de transparência dos bancos com atuação no Brasil.



RESULTADOS OBTIDOS

APRESENTAÇÃO E ANÁLISE DOS RESULTADOS

A Tabela 1 apresenta os resultados obtidos na pesquisa com relatórios

anuais de 1997 dos quatro maiores bancos brasileiros e os resultados obtidos pelo BIS no levantamento com 78 instituições internacionais.

TABELA 1
RESULTADOS (ANO 1997)
SISTEMAS FINANCEIROS NACIONAL (SFN) E INTERNACIONAL (SFI)

Ano 1997 Item de evidenciação	SFN						SFI	
	B1	B2	B3	B4	Total	%	Total	%
• Discussão de objetivos								
Objetivos e estratégias em <i>trading</i> e derivativos	X	✓	✓	✓	3	75%	77	99%
• Risco de Mercado								
Discussão sobre como surgem os riscos de mercado	X	X	✓	✓	2	50%	71	91%
Descrição sobre método de gestão de risco	X	✓	✓	✓	3	75%	75	96%
Sobre <i>value-at-risk</i> :								
Dados sobre VAR (geral)	X	X	X	X	0	0%	63	81%
VAR mais alto e mais baixo no período	X	X	X	X	0	0%	36	46%
VAR médio	X	X	X	X	0	0%	32	41%
Mudanças na carteira que excedem VAR	X	X	X	X	0	0%	21	27%
Intervalo de confiança	X	X	X	X	0	0%	63	81%
Holding period	X	X	X	X	0	0%	59	76%
Método de agregação entre fatores de riscos	X	X	X	X	0	0%	21	27%
	X	X	X	X	0	0%	20	26%
Análise de cenários	X	X	X	X	0	0%	31	40%
Requisição de capital para risco de mercado								
• Políticas contábeis								
	X	✓	✓	✓	3	75%	68	87%
Discussão de métodos para derivativos								

Legenda: (✓): evidenciação realizada; (X): evidenciação não realizada.

TABELA 2
RESULTADOS (ANO 1998)
SISTEMAS FINANCEIROS NACIONAL (SFN) E INTERNACIONAL (SFI)

Ano 1998 Item de evidenciação	SFN						SFI	
	B1	B2	B3	B4	Total	%	%	
Objetivos e estratégias nas atividades de trading e com derivativos	X	✓	✓	X	2	50%	92%	
Políticas de assunção de riscos e como atividades de trading e derivativos afetam nível de riscos	X	X	X	X	0	0%	92%	
Informação sobre risco de mercado e como surgem os riscos de mercado	X	X	X	X	0	0%	96%	
Principais aspectos da estrutura organizacional para gestão de riscos de mercado	X	X	X	X	0	0%	94%	
Políticas de identificação, mensuração e gestão de risco de mercado	X	✓	✓	✓	3	75%	94%	
Métodos utilizados para gestão do risco de mercado	X	X	✓	X	1	25%	96%	
Tipo de modelo utilizado para gestão de risco de mercado (simulação, VAR)	X	X	✓	X	1	25%	90%	
VAR médio	X	X	X	X	0	0%	56%	
VAR mais alto e mais baixo	X	X	X	X	0	0%	61%	
Número de vezes em que perdas reais excederam VAR estimado	X	X	X	X	0	0%	42%	
Parâmetros e hipóteses de modelos internos de cálculo de risco de mercado	X	X	X	X	0	0%	87%	
Holding period	X	X	X	X	0	0%	82%	
Intervalo de confiança	X	X	X	X	0	0%	86%	
Período de observação	X	X	X	X	0	0%	63%	
Método de agregação de riscos	X	X	X	X	0	0%	48%	
Método para reconhecimento de correlações entre fatores de risco	X	X	X	X	0	0%	28%	
Análise de cenários e impactos de choques em juros	X	X	X	X	0	0%	25%	
Procedimentos de testes de stress para risco de mercado	X	X	X	X	0	0%	54%	
Discussão sobre como é avaliada a performance na gestão de riscos de mercado	X	X	X	X	0	0%	62%	
Informação sobre a real performance na gestão de riscos de mercado	X	X	X	X	0	0%	77%	
Políticas de validação de modelos internos	X	X	X	X	0	0%	37%	
Informações sobre backtesting	X	X	X	X	0	0%	37%	
Métodos de contabilização de derivativos	X	✓	✓	✓	3	75%	94%	
Discussão sobre como derivativos são utilizados para <i>hedge</i> de riscos	X	X	X	X	0	0%	62%	
Descrição de itens ou transações cujos riscos são objetos de <i>hedge</i>	X	X	X	X	0	0%	56%	
Informação sobre atividades de mercado por categorias de instrumento (termo, futuros, <i>swaps</i> , opções, instrumentos de dívida)	X	✓	✓	✓	3	75%	90%	
Informação sobre atividades de mercado por categorias de risco (cambial, juros, ações, <i>commodities</i>)	X	X	X	X	0	0%	82%	

Legenda: (✓): evidenciação realizada; (X): evidenciação não realizada.

A Tabela 1, de 1997, mostra estágio incipiente de evidenciação relativamente ao SFI. Nos itens em que houve divulgação, no SFN, as informações prestadas foram sucintas, básicas, sem detalhes, configurando nível incipiente de transparência. Não houve qualquer tipo de divulgação relacionada ao VAR.

A Tabela 2 apresenta os resultados obtidos na pesquisa de 1998 com os quatro bancos brasileiros, bem como os obtidos pelo BIS com 71 instituições internacionais. Em 1998, continuou havendo, entre os bancos brasileiros, um grau incipiente de evidenciação. Em 21 dos 27 itens da tabela observou-se que nenhum dos quatro bancos brasileiros realizou qualquer divulgação. Mesmo nos itens em que ocorreu divulgação, com taxas de 25%, 50% ou 75%, verificou-se, em geral, um nível insatisfatório de detalhamento das informações prestadas.

As Tabelas 3 e 4 apresentam os resultados obtidos na pesquisa com relatórios anuais de 1999 e 2000 e de 2001 e 2002, relativos aos quatro maiores bancos brasileiros, bem como os

resultados obtidos pelo BIS nos levantamentos com 55 (em 1999 e 2000) e 54 (em 2001) instituições internacionais.

Pode-se adiantar que, quanto aos levantamentos de 1999 e 2000, observavam-se sinais de progresso, de maneira que alguns itens, que não vinham sendo objeto de evidenciação, passaram a ser divulgados, como é o caso “tipo de modelo interno utilizado”, com taxas de 50% e 100% em 1999 e 2000, respectivamente. No entanto, mesmo neste item, verifica-se que a evidenciação foi sucinta e não detalhada, como no caso do Banco 2 (B2) que, em 2000, apenas citou a existência de “limites de VAR definidos pela alta administração”.

Além dos itens tradicionalmente abordados por parte dos bancos brasileiros, como “políticas contábeis em atividades de *trading* e com derivativos”, surgem indicadores de amadurecimento, como no caso do Banco 1 (B1) que, em 2000, divulgou “informação quantitativa sobre exposição de risco de mercado com base em modelos internos” e medidas de VAR (médio, mais alto e mais baixo).

TABELA 3
RESULTADOS (ANOS 1999 E 2000) - SISTEMAS FINANCEIROS NACIONAL (SFN) E INTERNACIONAL (SFI)

Sistema Financeiro	1999		2000											
	SFN						SFI							
Item de evidenciação	B1	B2	B3	B4	Total	%	%	B1	B2	B3	B4	Total	%	%
Tipo de modelo interno utilizado (simulação, VAR)	✓	X	X	✓	2	50%	96%	✓	✓	✓	✓	4	100%	96%
Carteiras cobertas pelo modelo interno	X	X	X	X	0	0%	79%	X	X	X	✓	1	25%	81%
Intervalo de confiança utilizado no modelo interno	X	X	X	X	0	0%	98%	X	X	X	X	0	0%	96%
Holding period utilizado no modelo interno	X	X	X	X	0	0%	89%	X	X	X	X	0	0%	89%
Período de observação utilizado no modelo interno	X	X	X	X	0	0%	67%	X	X	X	X	0	0%	74%
Procedimentos de backtesting de modelos internos	X	X	X	X	0	0%	56%	X	X	X	X	0	0%	57%
Informação quantitativa sobre exposição de risco de mercado com base em modelos internos e performance na gestão dos riscos	X	X	X	X	0	0%	86%	✓	X	X	X	1	25%	87%
Número de vezes (dias) em que perdas reais excederam VAR	X	X	X	X	0	0%	46%	X	X	X	X	0	0%	47%
Para os que divulgam VAR, provisão de VAR médio	X	X	X	X	0	0%	82%	✓	X	X	X	1	25%	89%
Para os que divulgam VAR, provisão de VAR mais alto e mais baixo	X	X	X	X	0	0%	84%	✓	X	X	X	1	25%	87%
Informação diária de lucros e perdas em atividades de trading, combinado com medidas de VAR (gráficos)	X	X	X	X	0	0%	37%	X	X	X	X	0	0%	47%
Resultados de VAR em bases semanais ou mensais	X	X	X	X	0	0%	53%	X	X	X	X	0	0%	51%
Políticas e procedimentos de testes de stress para modelos internos	X	X	X	X	0	0%	65%	X	X	X	✓	1	25%	69%
Resultados de análises de cenário e impactos de choques em juros	X	X	X	X	0	0%	34%	X	X	X	X	0	0%	29%
Discussão de objetivos e estratégias em atividades de trading e derivativos	X	✓	X	X	1	25%	68%	✓	✓	✓	X	3	75%	69%
Discussão de objetivos na utilização de derivativos non-trading (hedge, por ex.)	X	X	✓	X	1	25%	81%	✓	✓	✓	X	3	75%	78%
Discussão sobre como derivativos são utilizados para hedge (estratégias)	X	X	✓	X	1	25%	72%	✓	X	X	X	1	25%	71%
Exposições futuras potenciais dos derivativos	X	X	X	X	0	0%	25%	X	X	X	X	0	0%	27%
Informação sobre atividades por categorias de instrumento (termo, futuros, swaps, opções)	X	✓	✓	✓	3	75%	84%	✓	✓	✓	✓	4	100%	82%
Informação sobre atividades por categorias de risco (cambial, juros, ações, commodities)	X	X	X	X	0	0%	81%	X	X	X	X	0	0%	80%
Descrição de políticas contábeis em atividades de trading e derivativos	X	✓	✓	✓	3	75%	91%	✓	✓	✓	✓	4	100%	89%

Legenda: (✓): evidenciação realizada; (X): evidenciação não realizada.

TABELA 4
RESULTADOS (ANOS 2001 E 2002)
SISTEMAS FINANCEIROS NACIONAL (SFN) E INTERNACIONAL (SFI)

Ano	2001							2002						
	SFN (2001)						SFI (2001)	SFN (2002)					SFI (2001)	
Item de evidênciação	B1	B2	B3	B4	Total	%	%	B1	B2	B3	B4	Total	%	%
Tipo de modelo interno utilizado (simulação, VAR)	✓	✓	✓	✓	4	100%	98%	✓	✓	✓	✓	4	100%	98%
Carteiras cobertas pelo modelo interno	✓	X	X	✓	2	50%	85%	X	X	X	✓	1	25%	85%
Intervalo de confiança utilizado no modelo interno	✓	✓	X	X	2	50%	96%	X	✓	✓	X	2	50%	96%
Holding period utilizado no modelo interno	✓	X	X	X	1	25%	91%	X	X	✓	X	1	25%	91%
Período de observação utilizado no modelo interno	✓	X	X	X	1	25%	70%	X	X	X	X	0	0%	70%
Procedimentos de backtesting de modelos internos	✓	✓	X	X	2	50%	50%	X	✓	✓	X	2	50%	50%
Informação quantitativa sobre exposição de risco de mercado com base em modelos internos e performance na gestão dos riscos	✓	✓	X	X	2	50%	89%	✓	✓	✓	X	3	75%	89%
Número de vezes (dias) em que perdas reais excederam VAR	X	X	X	X	0	0%	54%	X	X	X	X	0	0%	54%
Para os que divulgam VAR, provisão de VAR médio	✓	X	X	X	1	25%	93%	✓	X	X	X	1	25%	93%
Para os que divulgam VAR, provisão de VAR mais alto e mais baixo	✓	X	X	X	1	25%	91%	✓	X	✓	X	2	50%	91%
Informação diária de lucros e perdas em atividades de trading, combinado com medidas de VAR (gráficos)	X	X	X	X	0	0%	54%	X	X	X	X	0	0%	54%
Resultados de VAR em bases semanais ou mensais	X	X	X	X	0	0%	56%	X	X	X	X	0	0%	56%
Políticas e procedimentos de testes de stress para modelos internos	X	X	X	X	0	0%	74%	X	X	X	✓	1	25%	74%
Resultados de análises de cenário e impactos de choques em juros	X	X	X	X	0	0%	26%	X	X	X	X	0	0%	26%
Discussão de objetivos e estratégias em atividades de trading e derivativos	X	✓	✓	X	2	50%	74%	X	✓	✓	✓	3	75%	74%
Discussão de objetivos na utilização de derivativos non-trading (hedge, por ex.)	✓	✓	X	X	2	50%	80%	✓	✓	✓	X	3	75%	80%
Discussão sobre como derivativos são utilizados para hedge (estratégias)	X	X	X	X	0	0%	80%	X	X	X	✓	1	25%	80%
Exposições futuras potenciais dos derivativos	X	X	X	X	0	0%	35%	X	X	X	X	0	0%	35%
Informação sobre atividades por categorias de instrumento (termo, futuros, swaps, opções)	X	✓	✓	✓	3	75%	85%	✓	✓	✓	✓	4	100%	85%
Informação sobre atividades por categorias de risco (cambial, juros, ações, commodities)	X	✓	X	X	1	25%	87%	X	✓	✓	X	2	50%	87%
Descrição de políticas contábeis em atividades de trading e derivativos	X	✓	✓	✓	3	75%	93%	✓	✓	✓	✓	4	100%	93%

Legenda: (✓): evidênciação realizada; (X): evidênciação não realizada.

Os resultados da análise de relatórios anuais de 2001 e 2002 mostram que os bancos brasileiros, além das divulgações tradicionalmente realizadas, começaram a prestar informações em itens como “tipo de modelo interno utilizado (simulação, VAR)” (taxa de 100% em 2001 e 2002), chegando também a oferecer medidas quantitativas de risco (taxas de 50% em 2001 e de 75% em 2002), o que envolve a provisão de medidas de VAR de fim de período (taxas de 50% em 2001 e de 75% em 2002), médio (25% em 2001 e 2002) e máximo e mínimo (25% em 2001 e 50% em 2002), constituindo avanços nos padrões domésticos de evidenciação.

Verifica-se que, em 2001 e 2002, houve incrementos nos percentuais de evidenciação em itens que passaram a ser objeto de divulgação (como “tipo de modelo interno utilizado” e “informação quantitativa sobre exposição de risco de mercado com base em modelos internos”), o que sinaliza avanços na transparência do sistema financeiro nacional. Todavia, a avaliação da qualidade da evidenciação demonstra o baixo grau de detalhamento do conteúdo informativo, comprometendo a integralidade da divulgação. Conclui-se, assim, que a evidenciação bancária no mercado doméstico, apesar de mostrar sinais de evolução na área de riscos de mercado, ainda apresenta um nível incipiente de transparência quan-

do comparado com as práticas de evidenciação de instituições do sistema financeiro internacional.

DADOS COMPLEMENTARES

Adicionalmente, no propósito de consideração de informações prestadas por instituição de origem estrangeira, foram analisados os relatórios anuais de 2001 e de 2002 do Banco Santander Banespa. Ressalte-se que esta instituição não disponibilizou relatórios anuais para exercícios anteriores e que outras instituições de origem estrangeira não têm como prática, no SFN, a elaboração e divulgação de relatórios anuais. As instituições de capital estrangeiro possuem relatórios anuais, com amplo conjunto de informações, mas que são disponibilizados pelas matrizes no mercado internacional. No SFN, atuando como subsidiárias e normalmente não sendo de capital aberto, divulgam ao público conteúdo mais restrito de informações.

Nesse sentido, cabe observar que as informações divulgadas pelo Santander Banespa não podem ser consideradas como representativas do grau de evidenciação das instituições financeiras de capital estrangeiro que atuam no Brasil. Assim, não se está comparando o grau de evidenciação, no SFN, de instituições de capital nacional e estrangeiro. Apenas cotejam-se as informações prestadas por quatro bancos bra-

sileiros com as informações fornecidas por uma instituição de capital estrangeiro. Importa também ressaltar que não é objetivo realizar comparações entre os graus de evidenciação dos bancos participantes da pesquisa.

A Tabela 5, a seguir, apresenta os percentuais de divulgação obtidos com a análise dos relatórios anuais de 2001 e 2002 dos quatro bancos nacionais (identificados como "B1aB4"), os resultados obtidos a partir da análise de

TABELA 5
2001 E 2002
INCLUSÃO DE SUBSIDIÁRIA DE BANCO ESTRANGEIRO

Ano	2001				2002		
	SFN			SFI	SFN		
Sistema Financeiro	B1aB4	B5	B1aB5		B1aB4	B5	B1aB5
Item de evidenciação	B1aB4	B5	B1aB5	SFI	B1aB4	B5	B1aB5
Tipo de modelo interno utilizado (simulação, VAR)	100%	✓	100%	98%	100%	✓	100%
Carteiras cobertas pelo modelo interno	50%	X	40%	85%	25%	X	20%
Intervalo de confiança utilizado no modelo interno	50%	✓	60%	96%	50%	✓	60%
Holdng period utilizado no modelo interno	25%	✓	40%	91%	25%	✓	40%
Período de observação utilizado no modelo interno	25%	X	20%	70%	0%	X	0%
Procedimentos de backtesting de modelos internos	50%	✓	60%	50%	50%	✓	60%
Informação quantitativa sobre exposição de risco de mercado com base em modelos internos e performance na gestão dos riscos	50%	✓	60%	89%	75%	✓	80%
Número de vezes (dias) em que perdas reais excederam VAR	0%	X	0%	54%	0%	X	0%
Para os que divulgam VAR, provisão de VAR médio	25%	✓	40%	93%	25%	✓	40%
Para os que divulgam VAR, provisão de VAR mais alto e mais baixo	25%	✓	40%	91%	50%	✓	60%
Informação diária de lucros e perdas em atividades de trading, combinado com medidas de VAR (gráficos)	0%	X	0%	54%	0%	X	0%
Resultados de VAR em bases semanais ou mensais	0%	✓	20%	56%	0%	✓	20%
Políticas e procedimentos de testes de stress para modelos internos	0%	✓	20%	74%	25%	✓	40%
Resultados de análises de cenário e impactos de choques em juros	0%	X	0%	26%	0%	✓	20%
Discussão de objetivos e estratégias em atividades de trading e derivativos	50%	✓	60%	74%	75%	✓	80%
Discussão de objetivos na utilização de derivativos non-trading (hedge, por ex.)	50%	✓	60%	80%	75%	✓	80%
Discussão sobre como derivativos são utilizados para hedge (estratégias)	0%	X	0%	80%	25%	X	20%
Exposições futuras potenciais dos derivativos	0%	X	0%	35%	0%	X	0%
Informação sobre atividades por categorias de instrumento (termo, futuro, swap, opções)	75%	✓	80%	85%	100%	✓	100%
Informação sobre atividades por categorias de risco (cambial, juros, ações, commodities)	25%	X	20%	87%	50%	X	40%
Descrição de políticas contábeis em atividades de trading e derivativos	75%	✓	80%	93%	100%	✓	100%

Legenda: (✓):evidenciação realizada; (X): evidenciação não realizada.

relatórios anuais de 2001 e 2002 do Banco Santander Banespa (identificado como B5), os percentuais do SFN considerando as informações dos cinco bancos (“B1 a B5”) e os percentuais de divulgação obtidos pelo BIS no levantamento com 54 bancos em 2001.

Outra forma de avaliação dos resultados obtidos na pesquisa é dada pela comparação dos percentuais

médios de divulgação apresentados pelos sistemas financeiros internacional (instituições pesquisadas pelo BIS) e nacional (quatro bancos pesquisados). Esse percentual médio é obtido pela divisão da soma dos percentuais de divulgação (em cada item de evidenciação) pelo número de itens pesquisados. A tabela a seguir permite a comparação dos percentuais médios:

TABELA 6
COMPARATIVO DE PERCENTUAIS MÉDIOS NO SFN E SFI

Ano	1993	1994	1995	1996	1997	1998	1999	2000	2001	2002
SFI	17,1%	32,0%	47,0%	55,5%	62,9%	69,7%	70,2%	71,2%	74,3%	-
SFN (B1aB4)	-	-	-	-	21,2%	12,0%	13,1%	28,6%	32,1%	40,5%
SFN (B1aB5)	-	-	-	-	-	-	-	-	38,1%	45,7%

Obs: B1aB4: Banco do Brasil, Bradesco, Itaú e Unibanco; B1 a B5: B1 a B4 + Santander Banespa.

A tabela mostra que em 1997, quando o SFI já construía um histórico de evolução na evidenciação dos riscos de mercado, atingindo percentual médio 62,9%, o SFN (B1 a B4) apresentava percentual médio de apenas 21,2%. Por outro lado, verificam-se sinais de amadurecimento no SFN, com incrementos nos percentuais de divulgação entre 1997 a 2002, quando se alcança média de 40,5% (note-se que o percentual médio do SFI em 2001 foi de 74,3%). Adicionalmente, constata-se que a consideração das informações prestadas por B5, de origem estrangeira, provocou aumento nos percentuais médios do SFN em 2001 e

2002. Ressalte-se que B5 realizou evidenciação em itens que não foram objeto de divulgação por parte dos quatro bancos brasileiros, como em “Resultados de VAR em bases semanais ou mensais” e “Resultados de análises de cenário e impactos de choques em juros”.

Verifica-se, assim, que a consideração das informações prestadas por B5, em 2001 e 2002, gera incremento nos percentuais médios de divulgação dos quatro bancos de capital nacional pesquisados, o que constitui indicador favorável ao grau de evidenciação de B5 relativamente à média dos bancos brasileiros analisados.

CONCLUSÕES

Na pesquisa empírica realizada no SFN, com os relatórios anuais de 1997 a 2002, verificou-se que os grandes bancos com atuação no Brasil tradicionalmente fornecem informações em alguns itens, como discussão de “objetivos e estratégias em atividades de trading e derivativos”, “métodos de contabilização de derivativos” e descrições genéricas sobre “políticas de gestão de riscos de mercado”. Em 1997, os bancos brasileiros realizaram a divulgação, nestes três itens, com taxa de 75% (o que significa que três dos quatro bancos pesquisados realizaram a evidenciação). Nos mesmos itens, no sistema financeiro internacional (78 instituições pesquisadas), observaram-se taxas de divulgação de, respectivamente, 99%, 87% e 96%.

Importante ressaltar, contudo, que, nesses três itens citados, em que houve divulgação, com taxa de 75% no SFN, as informações prestadas foram sucintas, básicas, sem detalhes, genéricas, configurando nível incipiente de transparência. Constata-se, dessa maneira, que o fato de ter havido a divulgação, com taxa de 75%, em alguns itens, não significa haver um grau satisfatório de transparência.

No que se refere à divulgação de medidas quantitativas de risco, entre as instituições estrangeiras, observa-

ram-se evoluções no período de 1993 a 1997, em itens de evidenciação como os seguintes:

- a. “dados sobre VAR (geral)”: de uma taxa de 5%, em 1993, 81% das instituições passaram a realizar a divulgação pública, em 1997; e
- b. “intervalo de confiança (do VAR)”: de 3%, em 1993, para 81%, em 1997. Nas IF's brasileiras, em 1997, não houve qualquer tipo de divulgação relacionada ao VAR.

Pode-se concluir que, em 1997, os bancos brasileiros apresentaram um nível incipiente e insatisfatório de evidenciação na área de risco de mercado, não havendo qualquer divulgação relacionada ao VAR e em outros temas, como “análise de cenários” e “requisição de capital para risco de mercado”. Já em outros itens, como “objetivos e estratégias com derivativos”, houve taxa de divulgação de 75%. No entanto, mesmo nesses itens identifica-se, claramente, espaço para aprimoramento qualitativo e evolução no detalhamento das informações prestadas.

Um aspecto a ser destacado é que os bancos internacionais tendem a prover informações, sobre temas pertinentes aos riscos, antes dos bancos brasileiros. Tal fato decorre de que no exterior, em países “desenvolvidos”, as regulamentações sobre riscos normal-

mente são introduzidas antes que nos países “em desenvolvimento”. Assim, identifica-se a tendência de que instituições atuantes em países como o Brasil realizem a divulgação com um “atraso” em relação ao praticado por grandes bancos estrangeiros.

Considere-se que os bancos participantes dos levantamentos do BIS fazem parte dos países membros deste organismo, havendo, comumente, introdução mais rápida, por meio de normas, das recomendações do Comitê da Basileia. Isso reforça a tendência de observar-se um estágio mais avançado de evidenciação nesses países.

Em 1998, continuou havendo, entre os bancos brasileiros, um grau incipiente de evidenciação. Em 21 dos 27 itens de evidenciação pesquisados, observou-se que nenhum dos quatro bancos brasileiros realizou qualquer divulgação.

Identifica-se, também, a predominância de divulgação nos aspectos qualitativos e descritivos, em detrimento dos itens que envolvem informações de caráter quantitativo e mais objetivo, como é o caso de informações sobre medidas de VAR.

Quanto aos levantamentos relativos aos anos de 1999 e 2000, observam-se sinais de progresso no mercado doméstico, de maneira que alguns itens que não vinham sendo objeto de evidenciação passaram a ser divulgados, como é o caso “tipo de modelo inter-

no utilizado (simulação, VAR)”. No entanto, verifica-se que a evidenciação foi, em geral, sucinta e não detalhada, como no caso de um dos bancos que apenas citou a existência de “limites de VAR definidos pela alta administração”.

Para cotejar resultados com o sistema financeiro internacional, considere-se que foram observadas, em 2000, as seguintes taxas no levantamento do BIS: tipo de modelo interno utilizado (simulação, VAR): 96% (contra 100% no SFN); intervalo de confiança (VAR): 96% (0% no SFN); *holding period*: 89% (0% no SFN); procedimentos de *backtesting*: 57% (0% no SFN); número de vezes em que perdas excederam VAR: 47% (0% no SFN); testes de *stress*: 69% (25% no SFN).

Pelo exposto, constata-se que apesar de serem verificados alguns avanços nos padrões de divulgação, em 1999 e 2000, permanece caracterizado um grau incipiente de evidenciação doméstica relativamente ao disclosure no mercado internacional.

Aproveitando os resultados obtidos pelo BIS no levantamento de 2001, podem ser feitas as seguintes comparações entre os sistemas financeiros internacional (SFI) e nacional (SFN): tipo de modelo utilizado (simulação, VAR): 98% no SFI × 100% no SFN; intervalo de confiança: 96% SFI × 50% SFN; informação quantitativa sobre risco de mercado e performance na ges-

tão de riscos: 89% SFI \times 50% SFN; nº de vezes em que perdas reais excederam VAR: 54% SFI \times 0% SFN; VAR médio: 93% SFI \times 25% SFN; VAR mais alto e mais baixo: 91% SFI \times 25% SFN; testes de stress: 74% SFI \times 0% SFN; políticas contábeis em trading e derivativos: 93% SFI \times 75% SFN.

Os resultados da análise de relatórios anuais de 2001 e 2002 mostram que os bancos brasileiros pesquisados, além das divulgações tradicionalmente realizadas, prestaram informações em itens como “tipo de modelo interno utilizado (simulação, VAR)” (taxa de 100% em 2001 e 2002), chegando também a oferecer medidas quantitativas de risco, o que envolve a provisão de medidas de VAR.

Verifica-se que em 2001 e 2002 houve incrementos nos percentuais de evidenciação em itens que passaram a ser objeto de divulgação (como “informação quantitativa sobre exposição de risco de mercado”), o que sinaliza avanços na transparência. Todavia, a avaliação da qualidade da evidenciação demonstra o baixo grau de detalhamento do conteúdo, comprometendo a integralidade da divulgação.

Conclui-se, assim, que a evidenciação bancária no mercado doméstico, apesar de mostrar indicadores de evolução na área de riscos de mercado, ainda apresenta nível incipiente de transparência quando comparado com as práticas de evidenciação de institui-

ções do sistema financeiro internacional. Os resultados obtidos sugerem, portanto, a confirmação da hipótese orientadora do trabalho.

Importante salientar que os bancos participantes da pesquisa empírica, representam, no âmbito doméstico, o conjunto de instituições com práticas mais avançadas de divulgação na área de risco de mercado. Se fossem incluídas informações fornecidas pela Caixa Econômica Federal, por instituições de menor porte ou por subsidiárias de bancos estrangeiros, que normalmente não têm como prática a elaboração de relatórios anuais, os percentuais de divulgação sofreriam fortes reduções.

Constata-se que os bancos com atuação no Brasil têm realizado, em alguns aspectos, disclosure superior ao demandado pelas normas domésticas. Assim, a evidenciação bancária, apesar da incipiência relativamente às recomendações do BIS, apresenta práticas que vão além do que é legalmente exigido pelas entidades regulatórias nacionais. Entende-se que há incentivos para a divulgação voluntária, o que envolve o interesse em captar recursos nos mercados doméstico e internacional, através de depósitos e títulos como *bonds* e ADR's. Para tanto, assume relevância a aderência a práticas internacionais de evidenciação, no objetivo de alcançar a transparência junto aos participantes de mercado, como investidores e credores, os quais cons-

tituem fontes de recursos para os intermediários financeiros.

A identificação mais detalhada das razões que levam a práticas de evidenciação superiores as legalmente demandadas constitui objeto de possível investigação futura, oportunidade em que podem ser analisados os motivos que levam os bancos a migrar para os padrões requeridos no Pilar 3, ainda que isso não seja compulsório. Neste estudo, poderia ser testada hipótese de que instituições que captam recursos no exterior tendem a apresentar grau superior de disclosure voluntário.

Cabe mencionar que a pesquisa empírica realizada apresenta algumas limitações. Primeiramente, o fato de os levantamentos do BIS terem envolvido número significativamente mais elevado de instituições (média de 63 instituições) contra amostra dos quatro maiores bancos com atuação no Brasil. Há a atenuante de que ambos os levantamentos conseguem representar as principais entidades que atuam nos sistemas financeiros internacional e nacional, respectivamente.

Constatação adicional chama a atenção para o fato de que os relatórios anuais dos bancos brasileiros pesquisados apresentaram fartura nos recursos estéticos e visuais, empregando inúmeras fotos, figuras, e textos literários. O aspecto negativo a ser destacado não é a abundante utilização desses recursos, mas o fato de ser feita, por vezes, em

detrimento do conteúdo informativo. Constatou-se, em alguns casos, a priorização da estética, em prejuízo do detalhamento das informações, o que não se coaduna com o objetivo de eficácia da evidenciação (informação útil para a tomada de decisões). Observaram-se casos em que o conteúdo informativo apresentava-se empobrecido, em contraste com a riqueza dos recursos estéticos. Acrescente-se o fato de que a abundância de figuras torna alguns relatórios, disponibilizados na internet, extremamente “pesados” em termos de tamanho de memória computacional requerida, o que dificulta o *download* ou a manipulação on line do arquivo. O relatório anual de 2002 de um dos quatro bancos, por exemplo, possui mais de 12 megabytes. Assim, levanta-se a questão sobre a fartura de rebuscamentos estéticos, questionado-a, sobretudo quando realizada em detrimento do conteúdo informativo, e quando traz complicações no acesso dos usuários aos relatórios divulgados.

Com base nos resultados obtidos na pesquisa empírica, identifica-se a necessidade de melhoria do nível de evidenciação bancária brasileira. Para tanto, requer-se o desenvolvimento de todo o complexo conjunto de condições legais, institucionais e culturais relevantes para o desenvolvimento do mercado de capitais. Desta maneira, ao se pensar no aprimoramento da evidenciação, não se deve concentrar a

atenção apenas nas práticas de divulgação propriamente ditas, ou nas regras que tornam compulsória a transparência em temas como a gestão de riscos. Convém adotar-se uma visão mais ampla, enfrentando-se, com investimentos de longo prazo, os desafios existentes no âmbito doméstico, em suas estruturas institucionais e legais e em seus sistemas de governança corporativa, objetivando-se a diminuição do distanciamento nacional relativamente a um mercado de capitais desenvolvido.

Delineia-se, assim, um longo caminho a ser trilhado para o avanço da

governança corporativa nacional. O aprimoramento requer conjunto vasto de reformas e um processo de adaptação cultural e de fortalecimento institucional, que envolverá, entre outros aspectos, reformulações do sistema judiciário e mudanças de legislação para o fomento do mercado de capitais (passando pela melhoria nas regras de evidenciação e por aperfeiçoamentos para a garantia de direitos de minoritários e de credores, os quais, na figura de depositantes e investidores, representam fornecedores de recursos de particular importância para as instituições financeiras).



REFERÊNCIAS

- ANDREZO, Andréa Fernandes. "Contribuição à melhoria do nível de transparência dos bancos no Brasil", São Paulo, FEA-USP, 2000, dissertação de mestrado, mimeo.
- BANCO CENTRAL DO BRASIL. *A supervisão bancária no Brasil*, Brasília, Banco Central, 1998.
- . *Manual da supervisão bancária*, Brasília, Banco Central, 2002. Disponível em <<http://www.bcb.gov.br>>. Acesso em 17/01/2003.
- BIS – BANK FOR INTERNATIONAL SETTLEMENTS. *Amendment to the capital accord to incorporate market risks*, Basel Committee on Banking Supervision, jan 1996. Disponível em <<http://www.bis.org>>. Acesso em 07/05/2002.
- . *A new capital adequacy framework*, Basel Committee on Banking Supervision, jun 1999. Disponível em <<http://www.bis.org>>. Acesso em 07/05/2002.
- . *A new capital adequacy framework: Pillar 3 – Market discipline*, Basel Committee on Banking Supervision, jan 2000. Disponível em <<http://www.bis.org>>. Acesso em 09/08/2001.
- . *Core principles for effective banking supervision*, Basel Committee on Banking Supervision, set 1997. Disponível em <<http://www.bis.org>>. Acesso em 10/03/2003.

- . *Enhancing bank transparency*, Basel Committee on Banking Supervision, set 1998. Disponível em <<http://www.bis.org>>. Acesso em 18/10/2002.
- . *International convergence of capital measurement and capital standards*, Basel Committee on Banking Supervision, jul 1988. Disponível em <<http://www.bis.org>>. Acesso em 18/10/2002.
- . *Overview of the amendment to the capital accord to incorporate market risks*, Basel Committee on Banking Supervision, jan 1996. Disponível em <<http://www.bis.org>>. Acesso em 07/05/2002.
- . *Overview of the new basel capital accord*, Basel Committee on Banking Supervision, jan 2001. Disponível em <<http://www.bis.org>>. Acesso em 18/10/2002.
- . *Public disclosures by banks: Results of the 1999 disclosure survey*, Basel Committee on Banking Supervision, abr 2001. Disponível em <<http://www.bis.org>>. Acesso em 22/11/2002.
- . *Public disclosures by banks: Results of the 2000 disclosure survey*, Basel Committee on Banking Supervision, mai 2002. Disponível em <<http://www.bis.org>>. Acesso em 22/11/2002.
- . *Public disclosures by banks: Results of the 2001 disclosure survey*, Basel Committee on Banking Supervision, mai 2003. Disponível em <<http://www.bis.org>>. Acesso em 27/05/2003.
- . *Recommendations for public disclosure of trading and derivatives activities of banks and securities firms*, Basel Committee on Banking Supervision e Technical Committee of the International Organization of Securities Commissions (Iosco), out 1999. Disponível em <<http://www.bis.org>>. Acesso em 11/12/2002.
- . *Survey of disclosures about trading and derivatives activities of banks and securities firms*, Basel Committee on Banking Supervision e Technical Committee of the International Organisation of Securities Commissions (IOSCO), nov 1996. Disponível em <<http://www.bis.org>>. Acesso em 22/11/2002.
- . *Survey of disclosures about trading and derivatives activities of banks and securities firms 1996*, Basel Committee on Banking Supervision e Technical Committee of the International Organisation of Securities Commissions (IOSCO), nov 1997. Disponível em <<http://www.bis.org>>. Acesso em 18/10/2002.
- . *The new basel capital accord*, Basel Committee on Banking Supervision, jan 2001. Disponível em <<http://www.bis.org>>. Acesso em 18/10/2002.
- . *Trading and derivatives disclosures of banks and securities firms: Results of the survey of 1997 disclosures*, Basel Committee on Banking Supervision e Technical Committee of the International Organization of Securities Commissions (Iosco), nov 1998b. Disponível em <<http://www.bis.org>>. Acesso em 22/11/2002.

- . *Trading and derivatives disclosures of banks and securities firms: Results of the survey of public disclosures in 1998 annual reports*, Basel Committee on Banking Supervision e Technical Committee of the International Organization of Securities Commissions (Iosco), dez 1999. Disponível em <<http://www.bis.org>>. Acesso em 22/11/2002.
- BLACK, Bernard S. "Strengthening Brazil's securities markets", *Revista de Direito Mercantil, Economico e Financeiro*, 2001, Stanford Law School, John M. Olin Program in Law and Economics, Working Paper n. 205. Disponível em <<http://www.ssrn.com>>. Acesso em 24/04/2002.
- . "The core institutions that support strong securities markets", *Business Lawyer 2000*, Stanford Law School, John M. Olin Program in Law and Economics, Working Paper n. 200. Disponível em <<http://www.ssrn.com>>. Acesso em 08/10/2001.
- BORGES, Olavo. "Estrutura das demonstrações contábeis das instituições financeiras – bancos comerciais e múltiplos: Um estudo sobre a falta de transparência", São Paulo, FEA-USP, 1999, dissertação de mestrado, mimeo.
- BRITO, Osias Santana de. *Controladoria de risco-retorno em instituições financeiras*, São Paulo, Saraiva, 2003.
- CARVALHO, Luiz Nelson Guedes de. "Uma contribuição à auditoria do risco de derivativos", São Paulo, FEA-USP, 1996, tese de doutorado, mimeo.
- DANIELSSON, Jón; EMBRECHTS, Paul; GOODHART, Charles; KEATING, Con; MUENNICH, Felix; RENAULT, Olivier & SHIN, Hyun Song. "An academic response to Basel II", London School of Economics, Special Paper Series, mai 2001.
- DEWATRIPONT, Mathias & TIROLE, Jean. *The prudential regulation of banks*, Massachusetts, The MIT Press, 1994.
- FASB – FINANCIAL ACCOUNTING STANDARDS BOARD. *Statement of financial accounting concepts n. 2 – Qualitative characteristics of accounting information*, Illinois, FASB, 1980.
- GOULART, André M. C. "Evidenciação contábil do risco de mercado por instituições financeiras no Brasil", São Paulo, FEA-USP, 2003, dissertação de mestrado, mimeo.
- HENDRIKSEN, Eldon S. & VAN BREDÁ, Michael F. *Teoria da contabilidade*, Paulo, Atlas, 1999.
- HODDER, Leslie; KOONCE, Lisa & McANALLY, Mary Lea. "SEC market risk disclosures: Implications for judgment and decision making", *Accounting Horizons*, Vol. 15, n. 1, mar 2001.
- IASB – INTERNATIONAL ACCOUNTING STANDARDS BOARD. *International Accounting Standards 2001*, Londres, IASB, 2001.
- INDÍCIBUS, Sérgio de. *Teoria da contabilidade*, 6. ed., São Paulo, Atlas, 2000.
- JORION, Philippe. *Value at Risk: A nova fonte de referência para o controle do risco de mercado*, São Paulo, BM&F, 1998.

- LOPES, Alexandro Broedel & LIMA, Iran Siqueira. "Análise comparativa dos procedimentos contábeis aplicados a operações financeiras com derivativos: Um Estudo Brasil x Estados Unidos", *Resenha BM&F*, n. 121, 1997-1998.
- NIYAMA, Jorge Katsumi & GOMES, Amaro L. O. *Contabilidade de instituições financeiras*, 2. ed. São Paulo, Atlas, 2002.
- RICCIO, Edson Luiz. "Uma contribuição ao estudo da contabilidade como sistema de informação", São Paulo, FEA-USP, 1989, tese de doutorado, mimeo.
- SILVEIRA, Alexandre Di Miceli da. "Governança corporativa, desempenho e valor da empresa no Brasil", São Paulo, FEA-USP, 2002, dissertação de mestrado, mimeo.

